

2. Processo do Plano de Ação

Descrição da abordagem à monitorização e padrões de participação e cocriação

i. Disseminação de informação e monitorização do Plano de Ação

Para a promoção e divulgação das atividades da RNAA, foi criado o portal OGP Portugal - ogp.eportugal.gov.pt, que permite também consultar informações úteis, tais como o significado da OGP, como se processou a adesão de Portugal, quem são os membros constituintes da Rede Nacional de Administração Aberta e quais as respetivas responsabilidades nos Planos de Ação. Este site é um ponto de contacto essencial para a própria Rede, assim como para todos os que acompanham as suas iniciativas, já que é aqui que são publicadas, com regularidade mensal, [atualizações](#) sobre as atividades da Rede e demais iniciativas de Administração Aberta de relevo, que acontecem a nível nacional e internacional. No portal pode-se acompanhar a [monitorização](#) dos Planos de Ação, acedendo a informações sobre o progresso e desenvolvimento dos seus Compromissos, onde se incluem taxas de progresso, atualizações sobre as atividades-marco e entregáveis concluídos; mas também uma importante área de [documentação-base da RNAA](#), com os Planos de Ação, [estatutos da RNAA](#), as atas, apresentações e próximos passos definidos nos MSF, relatórios do IRM ou relatórios de autoavaliação (como este) ou outros documentos relevantes para o acompanhamento da atividade da Rede.

ii. Espaços de diálogo, colaboração, cocriação e decisão participada

Durante a fase de implementação deste I Plano de Ação, a sua monitorização foi acompanhada pela Rede, principalmente através das reuniões ordinárias de trabalho, que se realizaram bimestralmente, tendo ocorrido 10 reuniões durante o ciclo do I PANAA. A exceção desta recorrência aconteceu no período do verão de 2019 (entre maio e setembro de 2019), quando se deu a transição da equipa interna da AMA encarregue do acompanhamento das atividades da OGP Portugal, tendo as reuniões retomado a sua assiduidade bimestral em dezembro de 2019.

Em 2020, em resposta à pandemia COVID-19 foi incentivado outro espaço de diálogo, quando o MSF português participou e organizou um conjunto de iniciativas, que embora não estivessem diretamente relacionadas com implementação e execução do Plano de Ação, traduziram-se na aplicação prática dos princípios da Administração Aberta e deram importantes contributos para a sua disseminação em Portugal. Destacamos:

- **Recolha de iniciativas e atividades nacionais de Administração Aberta para fazer face à pandemia COVID-19:** [divulgou-se](#) a plataforma da OGP para recolha de iniciativas de Administração Aberta atinentes à COVID-19. Com o auxílio dos membros da Rede, a quem foram solicitados contributos diretamente, Portugal inscreveu um total de 9 iniciativas, que foram divulgadas na página¹ oficial da OGP internacional;

¹ Collecting Open Government Approaches to COVID-19: <https://www.opengovpartnership.org/collecting-open-government-approaches-to-covid-19/>



- **Participação na campanha Open Recovery | Open Response, criada pela OGP:** além da divulgação do [Digital Forum](#), um programa global de *webinars* que decorreu de 5 a 7 de maio a 2020, a Rede [promoveu e organizou](#), em Portugal, 3 *webinars*, que se realizaram de 6 a 14 de maio:
 - Webinar 1 - **“Monitorização Cívica e Boa Despesa Pública - O Pacto de Integridade no Mosteiro de Alcobaça”:**
 - Promotores: Transparência e Integridade e Direção-Geral do Património Cultural.
 - Webinar 2 - **“Contratação Transparente: Monitorização Cívica & Dados Abertos”:**
 - Promotores: Transparência e Integridade e Direção-Geral do Património Cultural.
 - Webinar 3 - **“Participação cívica em tempos turbulentos - Desafios e oportunidades da Administração Aberta através do uso de tecnologia”:**
 - Promotores: LabX / AMA.

Nota: mais informações disponíveis na seção [“Síntese das atividades de intercâmbio entre pares”](#)



Imagem 1 – Principais aprendizagens retiradas do painel de discussão do *webinar* 3. Fonte: AMA, maio 2020



iii. Co-propriedade e tomada de decisão conjunta

No processo de transição entre as equipas da AMA, responsáveis pela gestão e coordenação dos trabalhos da Rede e acompanhamento dos Planos de Ação, no período de outubro e novembro de 2019, os novos responsáveis - a equipa do LabX, organizaram reuniões bilaterais de ponto de situação, com todos os membros da Rede e parceiros implementadores (ver Quadro 3). A exceção foram os responsáveis pelo Compromisso #6, dado que o período das eleições legislativas (concomitante à transição da coordenação OGP dentro da AMA) preencheu a agenda dos representantes do GSEPCM.

Parceiros com responsabilidade na implementação de atividades inscritas dos compromissos:	
Parceiro implementador	Compromisso
Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)	#5: Organização do Estado Clara
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC)	#8: Reforço da transparência na contratação pública

Quadro 3 - Parceiros implementadores do I PANAA

As reuniões bilaterais de ponto de situação, serviram para que a nova equipa de gestão da AMA se apresentasse, mas também para realizar um diagnóstico participado sobre o I PANAA e sobre a própria Rede. Assim, foram identificadas as principais oportunidades e barreiras em relação aos seguintes temas:

- Administração Aberta em Portugal (OGP Portugal);
- Estado do compromisso pelo qual é responsável (se aplicável);
- Composição e funcionamento da Rede;
- Comunicação interna e externa da Rede;
- Que papel a respetiva entidade poderia desempenhar no 2º Plano de Ação.

Este diagnóstico serviu para que a nova equipa de gestão se pudesse inteirar da perceção que os membros tinham da própria Rede e do seu funcionamento, assim como facilitar um momento de reporte intermédio e participado sobre o estado do Plano de Ação, à data. Desta forma, identificaram-se, de maneira colaborativa, as principais oportunidades e desafios a enfrentar, contribuindo para que a nova equipa de gestão pudesse conhecer e alinhar com os membros da Rede, naqueles que são os seus objetivos específicos e coletivos, mas também, continuar a tomar decisões informadas na realização da sua missão de consolidar práticas de Administração Aberta em Portugal.

Considerando os fóruns da Rede (reuniões ordinárias), como as suas principais sessões de trabalho colaborativo e momentos deliberativos, de forma a assegurar co-propriedade e tomada de decisão conjunta a Rede inscreveu nos seus próprios [estatutos](#) alguns aspetos que não só definem o funcionamento orgânico destas reuniões como atestam a importância destas sessões de trabalho, tais como:



- A definição dos tópicos da agenda para estas reuniões é acordada coletivamente, a partir de uma proposta inicial por parte da AMA, partilhada previamente com todos os membros da Rede, de forma a recolher os seus contributos e comentários;
- As deliberações exigem um quórum de 2/3 dos membros, sendo adotadas por maioria dos membros presentes nas reuniões, mesmo que para isso seja necessário um esforço suplementar por parte dos membros da Rede².

O próprio relatório de autoavaliação aqui apresentado foi desenvolvido de forma colaborativa e participada, assegurando dois tipos de participação por parte dos membros da Rede e parceiros envolvidos na execução do I PANAA:

- As entidades responsáveis pela execução e implementação dos compromissos, conduzem o processo de autoavaliação do seu próprio compromisso, fazendo uma análise e comparação crítica entre o que consta do plano e o que foi implementado, destacando os impactos gerados e resultados obtidos, assim como, assinalando as respetivas aprendizagens;
- Todos os membros da Rede fazem revisão dos conteúdos do processo de autoavaliação deste relatório, contribuindo com comentários e sugestões que assegurem que este traduz uma visão partilhada e consolidada do que aconteceu na fase de implementação deste Plano de Ação.

² A [IX Reunião](#) teve que ser inicialmente repetida por ausência de quórum, devido à necessidade de quórum para deliberar sobre as [alterações ao calendário 2020-2021](#) e respetiva cronologia para a fase de cocriação e desenvolvimento do II Plano de Ação Nacional, assim como na concretização e termo do plano de ação ainda em curso.

